



FACULDADE PEDRO II

Instituto Superior de Educação

Curso de Pedagogia

Diversidade Étnico Racial na Educação Infantil: uma  
análise das Orientações e Ações para Educação das  
Relações Étnico-Raciais – MEC - 2006

Alexandra Cezária dos Santos  
Graziela Viana de Oliveira

Belo Horizonte

2016

Alexandra Cezária dos Santos

Graziela Viana de Oliveira

Diversidade Étnico Racial na Educação Infantil: uma  
análise das Orientações e Ações para Educação das  
Relações Étnico-Raciais – MEC - 2006

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso  
de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Pedro II  
Orientadora: Jacqueline da Silva Gonçalves

Belo Horizonte

2016

## Dedicatória

“Dedicamos esse trabalho à nossa família, e aos verdadeiros amigos feitos ao longo desses 04 anos de graduação e que sempre estiveram do nosso lado nos apoiando psicologicamente e nos dando ânimo nos momentos difíceis”.

## Agradecimento

Agradecemos primeiramente à Deus, que foi quem nos deu força nos diversos momentos de dificuldade e desespero. As nossas Mães Lidia e Ivete que estiveram ao nosso lado desde o início do curso, nos apoiando psicologicamente durante todo período até a conclusão do mesmo. A todos os nossos amigos e colegas de classe, que nos proporcionaram momentos especiais, alegria e aprendizado. A todos os professores da Faculdade Pedro II que compuseram a nossa matriz curricular, na qual compartilharam conhecimentos agregando na vida acadêmica, pessoal e também profissional. O nosso agradecimento em especial, se dá a nossa querida orientadora, presente de Deus para nossas vidas, professora e grande amiga, Jacqueline da Silva Gonçalves, que compartilhou seus conhecimentos em diversos semestres que estive com a nossa turma e que sempre esteve do nosso lado, em todos os momentos que necessitamos, não medindo esforços, mesmo fora de hora, final de semana, feriado, por telefone, e-mail ou pessoalmente, jamais deixou de nos atender e foi fundamental, tanto na nossa formação quanto na elaboração desse trabalho.

## Resumo

Esta pesquisa objetivou verificar como as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais contribuem para o trabalho da questão étnico-racial na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa exploratória. A pesquisa está dividida em cinco partes. A primeira parte, intitulada “Um breve histórico da Educação Infantil” apresenta um panorama histórico da Educação Infantil até a atualidade. A segunda parte aborda o caminho metodológico da pesquisa. A terceira apresenta a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, destacando a necessidade de uma prática pedagógica coerente com as relações étnico-raciais. A quarta parte apresenta os conceitos abordados no documento do MEC e sua análise diante dos autores pesquisados. A análise dos textos nos possibilitou a escolha pelos seguintes descritores: diversidade cultural, criança, infância, identidade, identidade negra, raça, etnia, cuidar, educar, afeto. Por fim, há uma avaliação sobre uma Educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. Nessa perspectiva, buscou, por meio da análise das concepções mapeadas, identificar as contribuições da produção acadêmica sobre a temática das relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Criança. Relações Étnico-Raciais.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 7  |
| Capítulo I – Um breve panorama histórico da Educação Infantil .....   | 11 |
| Capítulo II -Percurso metodológico .....  | 17 |
| Capítulo III - A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil.....                                   | 21 |
| <b>CAPÍTULO IV - CONCEITOS / DESCRITORES PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> ..... | 26 |
| 4.1 Diversidade Cultural.....   | 26 |
| 4.2 Educação Infantil.....  | 27 |
| 4.3 Criança.....  | 30 |
| 4.4 Infância .....  | 30 |
| 4.5 Cuidar, Educar e Afeto.....   | 31 |
| 4.6 Identidade, Identidade Negra, Raça, Etnia.....  | 32 |
| <b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 35 |
| <b>VI - REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 37 |

## INTRODUÇÃO

A educação tem sido entendida como um processo de desenvolvimento humano, como um ato permanente. De acordo com Libâneo (2001) que concebe a educação como o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e de grupos, na sua relação ativa, e com o meio natural social, objetivando a formação do ser humano. “A educação é uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados: físicos, mentais, espirituais e culturais” (LIBÂNEO, 2001, p. 157).

Freire (1996) também corrobora com essa ideia ao dizer que a educação é um processo de conhecimento que dura a vida inteira. Ao enfatizarmos que a educação é um processo permanente, pretendemos abordar a diversidade no contexto educacional da Educação Infantil. O objeto desta pesquisa é o documento elaborado pelo MEC, intitulado “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” que proporciona reflexões de como os conceitos apresentados por este documento poderão orientar as práticas pedagógicas em nosso país. Para tanto, pretendemos verificar como essa publicação do MEC: Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais contribui para o trabalho da questão étnico-racial na Educação Infantil.

A Educação Infantil no Brasil enfrenta um momento importante de sua história, uma vez que, as políticas públicas estão sendo cada vez mais focadas para esse nível de ensino. Podemos destacar os documentos norteadores, tais como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, publicados em 1998, as orientações curriculares estaduais e municipais, e também o avanço das legislações que pretendem garantir o atendimento à infância.

Além do que, o interesse em realizar esta pesquisa surgiu de nossa percepção da diversidade como um assunto velado dentro da Escola, sobretudo na Educação Infantil. A nossa vivência dentro da escola fez com que despertasse em nós a busca por explorar a diversidade afim de buscar a inclusão das crianças negras em nosso cotidiano. Sabemos das dificuldades das professoras desse nível de ensino de enfrentar essas questões que são caras, pois partem

do subjetivo de cada pessoa e também das formas de se trabalhar tal tema em sala de aula.

Esse trabalho é uma pesquisa teórica que compreende o diálogo entre autores e conceitos que são pertinentes ao nosso objeto de pesquisa. Inferimos que o documento analisado se insere em uma publicação do Ministério da Educação e Cultura - MEC, ou seja, compõe uma das políticas públicas para a diversidade.

Alertamos para o fato que essa publicação é de 2006, constituiu-se a partir de avanços na legislação quanto à questão da diversidade. Em 2003, foi aprovada a Lei Federal nº10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio. Destacamos que essa lei altera a LDB, nesse sentido objetiva promover uma educação que valorize e, ao mesmo tempo, reconheça a diversidade. Consideramos a escola como o local privilegiado para que seja trabalhada a questão da diversidade. De acordo com os PCN'S a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. Segundo Nilma Lino Gomes, em alguns momentos:

“As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p. 86).

Enfatizamos que o processo da educação no contexto das coletividades e pessoas negras e das relações delas com os espaços sociais, torna-se imperativo o debate da educação a serviço da diversidade, tendo com desafio a afirmação e revitalização da autoimagem do povo negro (BRASIL, 2006. p.16). No ambiente escolar, seja público ou privado, a temática racial tende a aparecer como um elemento para interiorização daquele aluno (a) identificado como negro (a). Alguns termos utilizados, identificam alunos negros, sinalizam que também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas discriminatórias e racistas. (BRASIL, 2006, p.22)

Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba



sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. (BRASIL,2006 p.23).

Sem perder de vista a pergunta que orienta esta pesquisa e na tentativa de elencar os conceitos pertinentes a uma Educação para as relações Étnico-raciais, foi feita uma busca de natureza bibliográfica, exploratória, com ênfase no estudo de documentos, com a utilização de descritores, para seleção e análise de textos. Foram selecionados textos de livros publicados a partir de 2006

Esse trabalho monográfico compreende o conjunto desses textos como um documento a ser analisado, pois, segundo Alvez-Mazzotti e Gewandszajder (1998), um documento será qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Nessa mesma direção, “cartas, diários pessoais, jornais, revistas também podem ser muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 169).

A fim de justificar o percurso metodológico desta pesquisa, as revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento da educação, uma vez que fazem circular informações do trabalho pedagógico (CATANI, 1997), neste caso, na Educação Infantil brasileira. Diante desse contexto, foi feita uma busca por textos que trouxessem em seu título, resumo ou palavras-chave, os descritores: diversidade cultural, criança, infância, identidade, identidade negra, raça, etnia, cuidar, educar, afeto. A seguir, foi realizada a leitura dos textos, seguida da elaboração do resumo, com o preenchimento dos quadros de análise.

A seguir, serão apresentados os textos pesquisados. A primeira parte, intitulada “Um breve histórico da Educação Infantil” apresenta um panorama histórico da Educação Infantil até a atualidade; a segunda parte aborda o caminho metodológico; a terceira apresenta a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, destacando a necessidade de uma prática pedagógica coerente com as relações étnico-raciais. A quarta parte apresenta os conceitos abordados no documento do MEC e sua análise diante dos autores pesquisados.

Por fim, há uma avaliação sobre uma Educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

## Capítulo I – Um breve panorama histórico da Educação Infantil

A Educação Infantil levou muito tempo para se desvencilhar do caráter que a pontuou desde o início: a assistência social. Historicamente no Brasil, as práticas de educação infantil trazem uma concepção assistencialista de educação, com a finalidade de compensar carências da população pobre. Ressalta-se que os modelos de instituições de Educação Infantil originaram-se na Europa e espalharam-se pelo mundo (ROSEMBERG, 2002). Até o final dos anos 60, no Brasil, existiam dois modelos de atendimento de Educação Infantil: creches e jardins de infância. As creches eram destinadas às crianças pobres, enquanto, que os jardins de infância seriam destinados para crianças não-pobres.

A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza, e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. (KUHLMANN JR, 1998, P.182-183)

Essa pedagogia da submissão, trazida por Kuhlmann Jr, traduz a ideia de educação infantil pensada para aquele momento histórico brasileiro, já que as famílias e as crianças receberiam um favor do Estado, ou seja, uma educação voltada para a inferioridade. Sendo assim, aos adultos que lidavam com as crianças não era exigida nenhuma preparação.

Na década de 1970, mudanças estruturais foram surgindo, quando o processo de urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho levaram a um aumento significativo nas demandas por vagas em escolas para crianças de 0 a 6 anos. A inexistência de políticas definidas para esse segmento, a ampliação de instituições de Educação Infantil nessa época foi desordenada e gerou precariedade no atendimento.

Em 1975, o Ministério da Educação começou a assumir responsabilidades ao criar a Coordenação de Educação Pré-Escolar para atendimento de crianças de 4 a 6 anos. Em 1977 foi criada, no Ministério da Previdência e Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de coordenar o serviço

de diversas instituições independentes que historicamente eram responsáveis pelo atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Essas instituições eram divididas em: comunitárias, localizadas e mantidas por associações e agremiações de bairros; confessionais, mantidas por instituições religiosas; e filantrópicas, relacionadas a organizações beneficentes. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi extinta em 1995, mesmo assim o Governo Federal continuou a repassar recursos para as creches por meio da assistência social.

Nesse período, se intensificou uma separação entre o atendimento nas creches, de 0 a 3 anos, visto como algo preparado às camadas populares, e a pré-escola, voltado para as classes média e alta. As creches eram totalmente financiadas pela assistência social, eram vistas como uma alternativa de subsistência para as crianças mais pobres e estavam orientadas para cuidados em relação à saúde, higiene e alimentação. Já a pré-escola passou a ser encarada como a porta de entrada das crianças da elite na Educação (KUHLMANN JR, 1998).

Na década de 70 a 90, ressalta-se a presença de organizações multilaterais – UNESCO e UNICEF - as quais tiveram um papel importante para a expansão da educação infantil no Brasil, com baixa qualidade, dando continuidade na década de 90, em que a preponderância era do Banco Mundial (Rosemberg 2002). O modelo de Educação Infantil adotado nestes anos não previa a formação especializada dos profissionais, pois a ideia era a redução dos custos, assim eram contratadas professoras “leigas”. Dentre as várias estratégias para reduzir os custos, a título de exemplo, Rosemberg (2002) explicita que, nesse momento, embora fosse enaltecida a ideia de utilização de material impresso para crianças pré-escolares menores de 6 anos, em detrimento dos livros que seriam apropriados para crianças maiores. Como a premissa era uma educação infantil de baixa qualidade, não era, então necessário investimento em livros de literatura infantil.

Essa ideia de expansão de ações a baixo custo perdurou até os anos 80, momento em que gerou insatisfações no meio acadêmico, reivindicando a educação da criança de 0 a 6 anos como direito. Tais reivindicações culminaram, na aprovação da Constituição Federal de 1988, que reconhecia o direito de todas

as crianças de 0 a 6 anos à educação. A Constituição Federal, em seu art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988. Art. 227).

Podemos dizer que a década de 80 foi um momento importante para questionamentos sobre a educação infantil oferecida, sobretudo ao apresentar uma nova concepção de criança, baseada em estudos da sociologia, psicologia e antropologia, que ajudaram a entender a situação imposta à criança, reconhecendo as diferenças, considerando como cidadã de direitos e pertencentes a uma classe social, um grupo, uma cultura (KRAMER, 2005).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. O ECA foi um grande auxílio para que pudesse ser construída uma educação específica dedicada às crianças, desde então a Educação Infantil passou a ser um objeto de legislação, planejamento e de políticas educacionais e sociais, o que resultou o seu reconhecimento como a primeira etapa da educação básica, conforme a LDB 9394/96 no artigo 29:

Art.29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos[2] de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDB 9.394/96).

Ainda na década de 90, registram-se amplos debates, pesquisas e ações voltadas para a melhoria do atendimento em creches e pré-escolas (RIVERO, 2001). Isso se explica pela retomada da concepção da Constituição de 1988, pela Coordenação de Educação Infantil (COEDI) do MEC, em 1993, que apresenta, então, um documento que sintetiza as discussões realizadas, propondo uma Política para a Educação Infantil (RIVERO, 2002). Tal documento enfatiza a necessidade de profissionalização dos trabalhadores de Educação

Infantil, recomendando reconhecimento profissional e garantias de melhores condições de trabalho, plano de carreira, salário e formação continuada em consonância com as atividades exercidas por esse profissional.

No reconhecimento da educação infantil como instância educativa, faz-se necessária a ponderação sobre o educar e o cuidar.

A passagem das creches para as secretarias de educação dos municípios está articulada à compreensão de que as instituições de educação infantil tem por função educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças de 0 a 6 anos. (CERISARA, 2002, P. 10)

Cerisara pontua que foi divulgada uma falsa divisão em duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalho realizados nas creches e pré-escolas brasileiras: de um lado, havia instituições de caráter assistencialista, e por outro, as que realizavam um trabalho educativo. Ainda segundo Cerisara (2002) ao trazer a contribuição de Kuhlmann Jr (1998) desvela essa falsa dicotomização, porque aceitando ou não todas as instituições tinham caráter educativo.

Simplificando um pouco, poderíamos dizer que tínhamos de um lado, uma apropriação do modelo hospitalar/ familiar e, de outro, uma apropriação do modelo da escola de ensino fundamental. (CERISARA, 2002, p. 11)

Destaca-se que as atividades ligadas ao corpo, sono, higiene, alimentação eram consideradas inferiores, conforme explicita Kramer

É importante registrar que na história da sociedade brasileira, que tem a servidão e a escravidão como marcas muito fortes, o cuidado quase sempre foi delegado – e relegado- àquelas pessoas com menor grau de instrução. [...] O cuidar é obrigação dos que são explorados. (KRAMER, 2005, p. 57)

Dessa forma, o cuidado é algo discriminado, ligado à assistência, considerado ocupação para aquelas pessoas que não têm formação, enquanto que a dimensão pedagógica da educação da criança de 0 a 6 anos era defendida, tendo em vista a noção de preparação para a escola do ensino fundamental. Enfim, estavam postos dois polos de debate para a educação infantil. Dessa forma, esses polos dividem os professores, de um lado temos aqueles que se sentem desvalorizados com a tarefa de cuidar, por outro lado existem aqueles

que acreditam que o cuidar e o educar caminham juntos, baseando, pois, seus trabalhos à visão integral da criança.

Em 1998, o governo Federal publica os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- RCNEI, documento que trouxe muita polêmica, ao sinalizar uma referência curricular para a educação infantil, desconsiderando, pois, o que as entidades, as universidades, ou seja, tudo que a educação infantil já havia avançado naquele momento.

O RCNEI representa um ponto de inflexão na trajetória que vinha sendo gestada anteriormente pela Coordenadoria de Educação Infantil. Entretanto o documento apresenta os tópicos fundamentais para a composição de um referencial para a educação: elaborado por especialistas de renome nacional e internacional; incorporando propostas nacionais e de outros países, e ainda oferecendo ideias que visam contribuir para o surgimento de uma nova proposta para o cotidiano da educação infantil. (PALHARES e MARTINEZ, 2007, p 8)

Palhares e Martinez indicam que ocorreu um desvio de rota na publicação do RCNEI, pois o texto preliminar fora enviado para 700 pareceristas: profissionais de educação infantil, administradores e pesquisadores, destes 230 responderam ao MEC, a maioria dos pareceristas indicaram equívocos quanto à forma e o conteúdo, e uma minoria considerou relevante (PALHARES e MARTINEZ, 2007). Diante desse cenário, o MEC publica o Referencial baseando-se em uma infância idealizada, distante da realidade, um tanto quanto diversa, o que não contemplou a produção que vinha sendo construída, objetivando uma educação de qualidade para as crianças. Tal documento desconhece a presença feminina maciça na educação infantil ao considerar o educador (masculino), utiliza-se também de uma linguagem técnica que distancia o educador do acesso ao conhecimento (PALHARES e MARTINEZ, 2007).

Formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na escola brasileira e, para muitos, desconhecida e até menos nobre; ter crianças com menos de 7 anos na escola parece surpreender ou impactar gestores e pesquisadores. (KRAMER, 2006, P. 804)

Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como: a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação

dos profissionais, que resultou no documento. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.

Em 1996, com a publicação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se ao ensino Fundamental e Médio.

A educação infantil precisa ser muito qualificada, deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo, das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade, o desafio e a oportunidade para a investigação, tudo isso constitui conhecimento escolar na educação infantil e faz parte da experiência curricular. (OLIVEIRA, 2008, p.14)

Torna-se importante, estudos sobre a diversidade étnico-racial e como a mesma pode ser trabalhada na Educação Infantil. No próximo capítulo abordaremos o percurso metodológico desta pesquisa.



## Capítulo II -Percurso metodológico

Como anunciamos na introdução, esta pesquisa constituiu-se em um estudo investigativo sobre as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais – MEC – 2006. Essa publicação foi escolhida para ser analisada pois trata-se de um documento norteador do Ministério de Educação e Cultura. Enfatizamos o nosso objetivo geral, que pretende verificar como a publicação do MEC: Orientações e Ações para a Educação da relações Étnico-Raciais contribui para o trabalho da questão étnico-racial na Educação Infantil, buscamos identificar os principais descritores/ conceitos, destacando os pontos comuns, e também os conflitos, entre os autores analisados.

No decorrer do levantamento das fontes, tonou-se urgente a escolha de descritores que satisfizessem nossos objetivos, quanto à temática étnico-racial. Foram elencados os seguintes descritores: diversidade cultural, criança, infância, identidade, identidade negra, raça, etnia, cuidar, educar, afeto. A pesquisa bibliográfica assumiu a forma de pesquisa documental. A seguir, foi realizada a leitura dos textos, seguida da elaboração do resumo, com o preenchimento dos quadros de análise.

Nesse processo de seleção, encontramos diversos textos que atendiam ao que fora estabelecido como orientação para a análise, apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 – Textos selecionados para análise

| Ano  | Título  | Autor  | Tipo de Publicação |
|------|---|--|--------------------|
| 2011 | Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas | Nilma Lino Gomes   | Artigo Científico  |
| 2005 | Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve Discussão   | Nilma Lino Gomes   | Artigo Científico  |
| 2015 | Pedagogia da Educação Infantil : Avanços, desafios e tensões  | Jacqueline da Silva Gonçalves  | Capítulo de Livro  |
| 2014 | Acesso de Crianças Negras à Educação Infantil   | Cristiane Irinéia Silva  | Capítulo Livro     |
| 2014 | Identidade Étnico-Raciais, Infância Afro-Brasileira e Práticas Escolares                              | Maria Batista Lima   | Capitulo Livro     |
| 2006 | Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais                                       | Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. | Publicação MEC     |

Desse modo, são muitos os espaços onde os autores divulgam suas ideias sobre esse tema, razão pela qual Catani (1997, p. 5) enfatiza que a imprensa educacional “é um corpus documental de vastas dimensões, pois constitui-se em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época”, ou seja, a contribuição dada pelos periódicos são de extrema relevância para compreendermos qualquer tema, no nosso caso, as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

A autora ainda afirma que “o estudo dos periódicos correntes contribui significativamente para a elucidação dos modos de organização e da dinâmica do campo educacional” (CATANI,1996, p. 127).No nosso caso, não fizemos, certamente, o ciclo de vida de uma revista, mas fizemos um estudo sobre o conteúdo do documento do MEC, as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais, 2006. Portanto, apenas nos inspiramos na análise de periódicos como uma forma de colher os dados necessários para nossa pesquisa. Porém, cumpre ressaltar que adotaremos a segunda diretriz apontada por Catani (1996), buscando, nas Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais, o que elas têm a nos dizer sobre os principais conceitos escolhidos nessa pesquisa.

Esclarecemos ainda que nossa análise foi composta por três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados e interpretação. A pré-análise envolveu a leitura e o destaque dos elementos comuns e incomuns que apareciam nos pontos principais dos textos. Na exploração do material, enfatizamos os principais conceitos para uma educação étnico-racial. Na terceira fase, relacionada ao tratamento e interpretação, preenchemos a ficha 1, de modo a organizar todo o trabalho:

**Ficha 1**

Artigo: \_\_\_\_\_

Objetivo: \_\_\_\_\_

1) **Identificação dos elementos:** Diversidade étnico-racial, identidade negra , equidade .

2) **Expor a definição de cada elemento sugerido pelo autor(a):**

| Elemento | Definição |
|----------|-----------|
|          |           |
|          |           |
|          |           |

Após esse procedimento, fizemos a separação por noção, acrescidas das definições que apareciam nos textos.

**Ficha 2**

Elemento: \_\_\_\_\_

| Autor/ ano | Definição | Consenso | Conflito | Desdobramento interpretativo |
|------------|-----------|----------|----------|------------------------------|
|            |           |          |          |                              |
|            |           |          |          |                              |

Nessa última fase, selecionamos as noções mais importantes retiradas dos autores lidos, de forma a analisá-las mediante nosso referencial teórico. A análise procedeu-se da seguinte maneira: entre os textos selecionados, obedecemos, com o intuito de desenvolver as ideias, de forma a possibilitar aos leitores a compreensão das Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais (2006), bem como suas estratégias político-metodológicas.

Optamos por estudar somente os conceitos sobre a Educação Étnico-Racial mais frequentes ou regulares nos textos. A seguir, no capítulo 3, aprofundaremos nosso diálogo sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação

Infantil. No capítulo 4, apresentaremos a análise dos conceitos sobre a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil.

### Capítulo III - A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil

A infância como uma etapa essencial para a vida do ser humano. Diante desse cenário, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, estabelece-se como o lócus de cuidado e educação da criança, de zero a cinco anos na atualidade. A criança como um sujeito pleno, que produz e reproduz a cultura.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura(DCNEI, 2010, p.12).

A criança constrói sua identidade pessoal e coletiva nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, sendo assim o currículo a ser implementado deverá promover experiências de interação e brincadeira, que possibilitem o contato das crianças com as manifestações e tradições culturais brasileiras, bem como a ampliação dos padrões de referência e identidades no diálogo e no conhecimento da diversidade (DCNEI,2010). A imagem de criança e de infância promove a reflexão sobre a construção da identidade de cada criança, como um ser único e íntegro, contribuirá, pois, para a promoção das condições de igualdade.

Desde o nascimento, as condições materiais e afetivas de cuidados são essenciais para o desenvolvimento saudável da criança. É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que cada criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mau, o feio entre outros, começam a se construir nessa fase.(BRASIL, 2006. p.31.)

A realidade de conquistas garantidas no âmbito legal, para as crianças brasileiras, em especial para crianças negras, não se mostram promissoras. De acordo com os dados do Unicef,(2010) cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola no Brasil. Desse total, 1,4 milhão têm 4 e 5 anos; 375 mil, de 6 a 10 anos; 355 mil, de 11 a 14 anos; e mais de 1,5 milhão de adolescentes têm entre 15 e 17 anos. Essa

disparidade demonstra a desigualdade entre brancos e negros desde o início da escolaridade. Em média 81,6% das crianças brancas de 4 e 5 anos frequentavam a escola enquanto 79,2% das negras estavam matriculadas. Em números concretos significa que 639,7 mil crianças negras estavam fora da escola. Olhando com base no censo demográfico 2010, conclui-se que em todas as faixas etárias, as crianças e adolescentes negros estão em desvantagens em relação ao grupo de crianças brancas com o acesso e permanência na escola.

Silva (2006, p.121- 138) confirma esse dado, pois o acesso das crianças negras nas instituições de educação infantil ainda reproduz um modelo pautado na exclusão social que caracteriza o nosso sistema educacional brasileiro, deixando de lado o reconhecimento dos direitos assegurados ao acesso dessas crianças na instituição. Com a falta de universalização da oferta de vagas para crianças de 0 a 6 anos, passa a haver um processo de seleção ao qual acaba com a consequente exclusão daqueles que necessitam desse serviço educacional.

No Brasil a orientação no processo de seleção dessas vagas, seguem os seguintes critérios: sorteio das vagas, priorização das famílias com menor renda per capita, comprovação de trabalho dos pais ou proximidade da residência. As medidas tendem a contornar a falta de vagas na educação infantil, mais acabam gerando uma exclusão das crianças negras e os segmentos mais pobres da população, pois essas crianças “negras” estão em maior número entre as crianças que não conseguem essas vagas.

Rosemberg (1999, p.33) afirma que “a educação infantil, em seu processo de expansão, também criou e reforçou padrões de exclusão social e racial: crianças pobres e negras”. (Silva apud Rosemberg, 1999, p.33).

Abramowicz e Oliveira (2006) verificaram as recentes estatísticas sobre o rendimento escolar com recorte racial e evidenciou que o desenvolvimento educacional das crianças negras fica prejudicado desde o acesso até a permanência em todos os níveis do sistema educacional. (Silva apud Abramowicz e Oliveira 2006).

Silva (2006) constatou as diversas dificuldades para a realização das matrículas na educação infantil. Fatores desencadeados pela falta de preparação dos responsáveis pelo setor de preenchimento de matrículas, ao solicitarem aos pais os documentos e informações necessárias para o preenchimento das fichas de matrículas, ocultando por diversas vezes a informação sobre a cor da criança. Essa mesma autora, relatou nessa pesquisa, as hesitações e os constrangimentos que surgem no momento em que os pais ou responsáveis precisam declarar a raça/cor de seus filhos. Observou-se que as funcionárias tinham dificuldades e um certo acanhamento no preenchimento das fichas, principalmente no quesito cor/raça das crianças, muitas se mostraram receosas em perguntar os pais a cor/raça da criança e serem interpretadas mal pelos pais, causando constrangimento e desconfiança, muitas até mesmo pulavam essa parte da ficha , para tentar voltar nela mais à frente.

Percebemos no Brasil uma grande dificuldade nas pessoas em declarar sua raça/cor, acaba gerando entre elas uma situação complexa e conflituosa, muitas não gostam de falar sua descendência, principalmente os afro-brasileiros.

Muitas das vezes o não reconhecimento do direito da criança à educação infantil, confirma uma atitude de submissão das famílias na obtenção de um serviço público. Sendo assim, os pais por desconhecerem os direitos assegurados dos filhos, se colocam diante dos responsáveis pelas matrículas como pedintes, na tentativa de implorar pela necessidade da vaga para os filhos.

As unidades de educação infantil não devem ser para as famílias um “mero equipamento de favor, de ajuda emergencial ou de um direito social”, mas algo bem mais amplo, onde se possa “compartilhar com as famílias as obrigações relativas à educação das futuras gerações” (Maistro 1999, p.57).

O desconhecimento dos direitos das crianças por parte dos pais impede a reivindicação aos órgãos públicos para a ampliação do número de instituições educativas e, conseqüentemente, da oferta de vagas.

É importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças

explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora. (Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006. p.38-39.)

Em relação a essa temática, podemos observar uma grande concentração de crianças negras em instituições como Creches comunitárias; contudo não podemos desconsiderar que a desigualdade racial no Sistema Educacional citada em várias pesquisas está presente na Educação Infantil; a qual considera o acesso a essas ofertas de atendimento, qualidade do trabalho realizado, a condição de trabalho dos profissionais que ali atuam, e principalmente na sua formação. Na trajetória Educacional das crianças, as desigualdades são demonstradas pelo tipo de atendimento e na forma como essas instituições são avaliadas. Silva (2006) destacou que as relações raciais presentes na representação das famílias e também dos funcionários como parte do imaginário social e se expressam nas hesitações e até em ironia no momento de perguntar e responder, o que acaba salientando a dificuldade de indagar sobre a raça / cor; implica-se então na recusa da própria identidade.

Ao estudarmos a história dos negros podemos observar que a mesma apresenta uma história de descontinuidade e posturas políticas bastante diferentes. Não se trata de uma minoria, mas de uma maioria explorada e excluída onde o negro sente a necessidade de romper com complexos de inferioridade e isso vem de longos tempos, dos tempos em que se refugiavam nos quilombos para alcançar sua liberdade.

Segundo Lima (2006) falar de identidade é falar da multiplicidade que compõe o ser humano. Trata-se de entender quem somos, por que somos assim e o que isso representa na nossa relação com os outros seres humanos.

Com esse olhar, contextualizamos as concepções de identidade étnico-racial como dinâmica e socialmente constituída em um tempo e espaço histórico, tempo e espaço articulado a uma configuração social de grupo, neste caso específico, dos que trazem na história ancestral e nos dispositivos culturais a herança africana, os afro-brasileiros(LIMA,2006. p.142).



Bernardino e Galdino (2004, p.18) afirmam que “não há como negar ou evitar tais comportamentos dos humanos, capazes de distribuir vantagens e desvantagens às pessoas em virtude do modelo de classificação racial”.

O termo Etnia é usado para designar povo ou nação, considerado um termo utilizado para englobar deferentes respostas de vários tipos de grupos; enquanto o termo Raça é definido por Guimarães (1999, p.23) como “ um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais. ” (Lima apud Guimarães, 1999, p.23)

Rosemberg (1999) ressalta que a retenção das crianças da faixa etária de 7 a 9 anos permanentes na pré-escola, quando deveriam estar cursando o Ensino Fundamental, são na maioria negras, refletindo a histórica desigualdade racial no Brasil, de modo geral e em especial na educação.

(...) a discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produz desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem. (SANTANA, 2006, p. 36).

Essa informação destoa do que determina a LDB 9.394/96, em seu artigo 31, sobre a forma de utilização da avaliação da Educação Infantil sobretudo como um acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem objetivo de promoção, sendo assim, uma avaliação processual.

No capítulo posterior iremos abordar um pouco do que seria a diversidade cultural, criança, infância, identidade negra, identidade, raça, etnia, cuidar, educar e afeto; assim como o papel desses descritores para tratarmos das ações da educação das relações étnico raciais e a importância dessa temática na educação infantil.

## **CAPÍTULO IV - CONCEITOS / DESCRITORES PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Como já anunciamos na introdução e descrevemos no percurso metodológico, apresentamos os conceitos/ descritores assinalados nas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais: diversidade cultural, criança, infância, identidade, identidade negra, raça, etnia, cuidar e educar, afeto.

### **4.1 Diversidade Cultural**

A diversidade pode ser entendida como o conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social. Esse conceito está ligado aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e abordagem, heterogeneidade e variedade.

Tomar a diferença como algo incorreto gera preconceito, discriminação e intolerância, o que é um reflexo mais profundo da violência e da exclusão. A diversidade deve ser entendida como parte fundamental da sociedade. As diferenças apresentam-se como uma experiência natural da vida em sociedade. Podemos considerar a diversidade, como um fator importante para a construção da identidade, tendo um papel importante na criação de valores e atitudes que permitam uma melhor convivência e respeito na humanidade. Ao falarmos da diversidade significa pensar na relação entre eu e o outro em comum, ou seja na vida social.

Ao localizarmos o conceito e o processo da educação no contexto das coletividades e pessoas negras e da relação dessas com os espaços sociais, torna-se imperativo o debate da educação a serviço da diversidade, tendo como grande desafio a afirmação e a revitalização da autoimagem do povo negro.(BRASIL, 2006. p.16).

Lima (2006) afirma que as crianças nascem abertas à diversidade, sem preconceitos. Esses preconceitos são aprendidos nas relações sociais das quais participam desde o nascimento. Essa aprendizagem se dá tanto pelas

linguagens faladas e escritas, como visuais, musicais, corporais etc. É através dessas linguagens que aprendemos a dar sentido às coisas e a nós mesmos.

(...) se a escola oferece à criança um ambiente que expresse o respeito e a valorização das características e referências ligadas aos diversos sujeitos do seu contexto, cumprirá seu papel de formação para à diversidade.(LIMA,2006,p.153)

A criança como sujeito principal dessa mediação com a professora, que se dá no dia a dia, agindo, pensando, criando ...enfim vivendo essas práticas.

Para Lima, tem que ensinar para o colega que não pode fazer isso. Ninguém é melhor ou pior por ser branco ou ser preto. As pessoas são diferentes. Todas as cores são bonitas, todas as pessoas são boas ou ruins e às vezes é boa numa hora e faz uma coisa errada depois. Tem que ensinar isso. Tem que perguntar se ele gostaria que as pessoas implicassem com ele. (...) E também pode trazer coisas dos negros para a gente aprender, porque todo mundo acha só precisa aprender coisas dos brancos. E o negro tem muita coisa também.(Lima apud Abayomi, caderno de campo,10/11/2004,p.118)

Devemos explorar a diversidade cultural em nossas crianças, proporcionando a elas o contato com outras culturas, raças e etnias; podendo abranger um pouco de conhecimento, mostrando a elas o quanto as pessoas são importantes, sendo elas brancas, negras, altas, baixas, ricas ou pobres; favorecendo assim o desenvolvimento do trabalho racial, para aceitação das várias raças e reforçando a autoestima e identidade de cada um. A aprendizagem do respeito às diversidades para a formação de crianças e adultos que possam ver o ser humano como digno e respeitados em todas as diferenças.

## **4.2 Educação Infantil**

Sendo considerada primeira etapa da educação básica, oferecidas em creches e pré-escolas; caracterizada como instância educativa, constituídas por estabelecimentos privados e públicos que cuidam e educam crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, jornada parcial ou integral, supervisionados por órgão competente; sendo dever do estado ofertar a educação infantil na rede pública e gratuita de qualidade, e sem requisito de seleção. (BRASIL,2013)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

O olhar acolhedor de diversidade também se refere às crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas/habilidades/ superdotação. Também o direito dessas crianças à liberdade e à participação, tal como para as demais crianças, deve ser acolhido no planejamento das situações de vivência e a aprendizagem na Educação Infantil (BRASIL,2013)

A Educação Infantil é uma etapa primordial para as crianças de 0 a 5 anos, pois é nesse espaço que começa a se construir o caráter formador de cada criança, despertando a curiosidade intelectual delas, e capacitando-as para busca de informações onde quer que elas estejam para assim usá-las em seu cotidiano.

As instituições de Educação Infantil, devem oferecer recursos e condições para que as crianças se apropriem de seus direitos civis, humanos e sociais; possibilitando a convivência entre adultos e crianças, ampliando saberes e conhecimentos de diversas naturezas; e principalmente promover igualdade de oportunidades educacionais entre as diferentes classes sociais , ao que se refere ao acesso à bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

Moisés Kuhlmann Jr. (2005,p.54) afirma que:

No processo Histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. (...) marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como um favor aos poucos selecionados para receber.

De acordo com o Plano de Implementação da lei nº 10639/2003:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo.(BRASIL.MEC,2003)

A busca por práticas pedagógicas que busquem ampliação do universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o cuidar e o educar não omitam as diversidades. Em que as instituições de Educação Infantil não sejam consideradas para as famílias como um mero equipamento de favor,

de ajuda emergencial , e sim como espaço de aprendizado sociocultural, onde se possa compartilhar com as famílias as obrigações relativas às futuras gerações.

“A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social”(Cavalleiro, p 16, 2003).

A partir do momento em que a criança se encontra imersa no mundo ela aprende a socializar com os outros de acordo com o que adquiriu de experiência naquele momento, assim a família e a escola são peças fundamentais para apresentar à elas o mundo social que aos poucos ela vai compreender e saber cumprir as regras que lhes serão impostas pela sociedade. A criança recebe as informações do meio em que vive. Através da experiência de cada uma, podemos trabalhar para elaborarmos as regras que são impostas pelo local de ensino ou outro local determinado. Fica a responsabilidade e parceria da família com a escola para aprimorar determinados conceitos já adquiridos e que precisam virar rotina ou melhorar para o bom desenvolvimento emocional e social de cada criança. Cabe a escola fazer as interferências necessárias para que não sobressaia o preconceito em nenhum sentido. Junto com a família a escola deve elaborar atividades e discussões de crescimento pessoal, para ambas as partes.

Segundo o documento Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (2006, p.32-33): Cada fase da vida apresenta suas especificidades, requerendo uma atenção especial para cada uma dessas fases. Assim a educação infantil sendo considerada a primeira etapa da educação básica, ou seja a fase que a criança tem de 0 a 6 anos, é fundamental ficar atento ao tipo de afeto que recebe e aos modos como ela significa as relações estabelecidas com e por ela. (...)É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que o cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período. A educação infantil é considerada dever do Estado, direito da criança e opção da família, sendo, portanto, obrigatória.

### 4.3 Criança

A criança é considerada hoje como sujeito de direitos. Isso porque nem sempre ela foi considerada como um sujeito. A criança já foi considerada como adulto em miniatura, em comparação com os tempos atuais, podemos dizer que a concepção de infância foi modificada tendo em vista os estudos sobre a infância advindos da Psicologia, Antropologia, Pedagogia e Sociologia (GONÇALVES, 2015).

Sendo assim, a criança constitui-se como sujeito por meio das vivências do cotidiano. A construção de sua identidade pessoal e coletiva é resultado das experiências que são vivenciadas pelas crianças nos diversos meios sociais, produzindo cultura.

Para Sarmiento (2004), o reconhecimento das crianças como atores sociais implica também em reconhecer a sua capacidade de produção simbólica e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, os quais chamamos de culturas

Compreende-se, então, a criança como ser humano, social e histórico, e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com determinada cultura e um determinado momento histórico. Possui uma natureza que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio precisando ser compreendido e respeitado a partir de suas singularidades.

A criança faz suas próprias construções através do brincar, do encenar, do vínculos afetivos e de situações prazerosas que a auxiliam na construção de suas ideias e sentimentos sobre o mundo, as pessoas e sobre si mesma. Estar na escola é importante para o desenvolvimento da criança, por meio da interação entre outras nos momentos de brincadeiras, e também para que possam aprender a socializar-se com outros adultos fora do círculo familiar.

### 4.4 Infância

A infância é definida como período do crescimento que vai do nascimento a puberdade, ou seja do 0 aos 12 anos. A infância passa por desenvolvimentos,

sendo considerada 1ª infância de 0 a 3 anos, 2ª infância de 3 a 6 anos e 3ª infância de 6 a 12.

(...) a infância é colocada na agenda pública, entendendo a criança como sujeito de direitos, reforçando a concepção da criança cidadã, da infância como tempo de vivência plena de direitos. (Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, p.35).

Podemos afirmar que a infância é a fase da vivência e percepção do mundo à partir do olhar, toque, choro e do sentir de cada criança. Tudo que os adultos fazem, as crianças aprendem e assimilam rapidamente, transformando em um momento encantador, tanto para a família quanto para nós educadores.

A título de exemplo, a contação de histórias estimula a imaginação, as brincadeiras, os domínios das habilidades, as músicas; fazem com que essa fase se torne fundamental para a socialização e aprendizado. A convivência em sociedade; aprendendo a lidar com as diferenças e até mesmo para uma boa aceitação das diversas culturas.

#### 4.5 Cuidar, Educar e Afeto

As escolas e as instituições de caridade eram consideradas como um espaço de controle social procurando-se evitar a vadiagem e a delinquência infantil, com a preocupação voltada para sua integridade física e moral. (Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD 2006, p.34)

(...) Tal visão compromete a perspectiva dos direitos das crianças, pois ao se restringir a aspectos ligados aos cuidados, ficam desviadas as dimensões da socialização, da aprendizagem, da vivência cultural, privilegiadamente fundamentada na diversidade. (Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, p.35).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil considera que educar é:

(...) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e acesso,

pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (1998 a: 23).

O cuidado na Educação Infantil diz respeito ao apoio que as crianças necessitam para desenvolverem a sua plenitude, diz respeito ao zelo, à atenção e se desdobra em atividades ligadas à proteção e segurança necessária no cotidiano de qualquer criança, tais como alimentação, banho, troca de fralda, proteção e consolo. O acolhimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo.(Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, p.39).

O ato de cuidar e educar faz com que ocorra uma estreita relação entre as crianças e os adultos. As crianças precisam de educadores afetivos que possibilitem interações da criança com o mundo. Um mundo que transita permanentemente entre o passado (as tradições, os hábitos e os costumes) e o novo (as inovações do presente e as perspectivas para o futuro).(Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, p.39).

As dimensões do cuidar e educar nos permitem compreender a importância das interações positivas entre educadoras e crianças. As relações pautadas em tratamentos desiguais podem gerar danos irreparáveis à constituição da identidade das crianças, bem como comprometer a trajetória educacional das mesmas.(Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, p.40).

#### **4.6 Identidade, Identidade Negra, Raça, Etnia**

A criança desenvolve sua identidade pessoal e coletiva em um contínuo processo de socialização. No convívio com família, a criança internaliza padrões de comportamento, normas e valores de sua realidade e no convívio escolar passa a internalizar novos padrões, valores e conteúdo, pela mediação de diferentes atores sociais, possibilitando novos aprendizados.

A discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produz desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de



identidade, de socialização e de aprendizagem. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006, (p.38).

Lima (2006), falar de identidade é falar da multiplicidade que compõe o ser humano, Trata-se de entender quem somos, por que somos assim e o que isso representa na nossa relação com os outros seres humanos. As identidades são imbricadas na semelhança a si mesmo, na identificação com o outro e estão presentes na relação do contexto social, constituídas com base em repertórios culturais históricos de matrizes africanas.

Segundo Gomes (2005) a identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana.

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma.(Gomes,2003).

A identidade é mais ampla, ela não pode ser relacionada com a cultura de cada indivíduo. Engloba todos os níveis: social, político e histórico de cada grupo. A identidade tem dois pontos: definida por nós mesmos e a que é definida pelos outros. Enfatizando que a primeira predomina. A identidade de um grupo está ligada a imagem construída. Essa identidade, se não for bem trabalhada com o indivíduo passa a prevalecer uma negação por parte dele mesmo. Essa identidade em grupo é explorada conforme a necessidade do grupo, para se firmar perante a sociedade.

Podemos identificar essas dificuldades desde muito cedo nas Instituições de educação infantil, onde aprendemos que como educadores temos como função ao longo do processo educativo, formar gerações capazes de socializar e aceitar as diferentes culturas, ensinando-os à respeitar o seu espaço e o do outro.

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação.(...) a sociedade Brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com os outros segmentos étnico-raciais do país. (Gomes,2005,p.46)

A nossa sociedade ainda está longe de encerrar o preconceito e a situação desigual vividas entre negros e brancos, mesmo com todo o movimento e as lutas pela igualdade os negros se encontram excluídos. Percebemos desde muito pequenas as crianças agem com preconceito com os colegas, brincadeiras racistas que muitas vezes são trazidas de casa causando um certo desconforto e omissão da própria cor. Podemos perceber no dia a dia , as diversas situações na qual o negro é considerado pobre e assim não merece a vaga de emprego, ou a criança negra não consegue benefícios devido a cor , levando assim os pais a omitir e negar a si mesmo, e assim nos deparamos com uma questão muito longe de um fim.

## CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, abordagens constatadas no presente trabalho e a análise dos conteúdos da publicação do MEC: Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais foi possível compreender o diálogo entre autores e conceitos e considerar que a educação voltada para a diversidade é um grande desafio para os educadores principalmente os da Educação Infantil no Brasil. Pois deverão estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais para buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las e também cabe ao professor reconhecer seu papel de mediador de aprendizagens, para todos os alunos, devendo uma mediação desprovida de preconceito, estigma e exclusão. Não se trata de educar todos como iguais, mas sim educar na diferença.

Podemos considerar a diversidade, como um fator importante para a construção da identidade das crianças no período da educação infantil, significa pensar na relação entre eu e o outro em comum, ou seja, na vida social. E a questão étnico-racial tem sido debatida e discutida e as políticas públicas estão sendo cada vez mais focadas para esse nível de ensino, elevando a uma interpretação que as orientações e ações se fazem necessárias neste contexto para resgatar as demais etnias de uma educação envenenada pelos preconceitos.

Trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial depende na maioria das vezes de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis todos os alunos negros e não negros, mas também de políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros.

Consideramos que diante das leis e publicações referente à questão da diversidade a escola como o local privilegiado para que seja trabalhada a questão e corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. A escola tem papel fundamental para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados.

Foi destacada no presente texto a necessidade de uma prática pedagógica coerente com as relações étnico-raciais. Estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnica racial exige que se questionem relações étnicas raciais baseadas em preconceitos.

E a ênfase na Educação Infantil como uma etapa essencial para a vida do ser humano e etapa para construção de sua identidade pessoal, sendo assim o currículo a ser implementado deverá promover experiências de interação e brincadeira, que possibilitem o contato das crianças com as manifestações e tradições culturais brasileiras, bem como a ampliação dos padrões de referência e identidades no diálogo e no conhecimento da diversidade (DCNEI,2010).

É fácil enxergar e concluir que estamos ainda longe de atingir objetivos tais como o de uma prática que se desfaça de uma mentalidade racista e discriminadora secular. Que supere os preconceitos, reestruturando relações étnicas raciais e sociais, desalienando os processos pedagógicos.

Fica a esperança em que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora.

## VI - REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. **Resolução nº 5: Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. 17 de dezembro de 2009

\_\_\_\_\_. Constituição(1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº9394,de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 dez.1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro- Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

\_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente : **lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**[recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.207 p. – (Série legislação; n. 83) atualizada em 15/5/2012.

\_\_\_\_\_. MEC. **Educação na diversidade : como indicar as diferenças?** / Organização : Jorge Luiz Teles, Cláudia Tereza Signori Franco. – Brasília : Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.228 p. : il. – (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação ; n. 8, v. 25) ISBN 85-98171-69-7

\_\_\_\_\_. MEC. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.;** il.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, p.115-130, jul./dez.1996.

\_\_\_\_\_, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de, PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil Pós-LDB: RUMOS E DESAFIOS**. Campinas, 6 ed, Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo /** [Nilma Lino Gomes] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.48 p

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico-cultural.** In: BRASIL. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 70-76.

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão.** In: Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p.39 – 62.

GONÇALVES, Jacqueline da Silva. **Pedagogia da educação infantil: avanços, desafios e tensões.** Curitiba: Appris, 2015.

KRAMER, Sônia e LEITE, Maria Isabel (orgs). **Infância: fios e desafios da Pesquisa.** Campinas, 8 ed. Papyrus, 2005. (a)

\_\_\_\_\_, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil gestão e formação.** São Paulo, Ática, 2005.(b)

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre, Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

RIVERO, Andréa Simões. **DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR À EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no Curso de Pedagogia.** In: Reunião Anual da ANPEd, 24, 2001, Caxambu, MG.

ROCHA, Eloisa A.C, KRAMER, Sônia (orgs.) **Educação Infantil: Enfoques em diálogo.** 3ª ed.-Campinas, SP; Papyrus, 2013. – ( Série Prática Pedagógica).

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa.** N. 115, março de 2002.

\_\_\_\_\_, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, 1999, p. 1-140.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.: il.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.; il.**

SILVA, C.I. (2006). **“Acesso das crianças negras à Educação Infantil”**. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC.

LIMA, M.B. (2006). **“Práticas cotidianas e identidades étnicas: Um estudo no contexto escolar”**. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

ABRAMOWICZ, A. e OLIVEIRA, F. (2006) **”A escola e a construção da identidade na diversidade”**. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L.M. de A.; e SILVÉRIO, V.R. (orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, pp.41-64.

BERNARDINO, J. GALDINO, D. (2004). **Levando a raça a sério: Ações afirmativas e universidades**. Rio de Janeiro: DP&A.

GUIMARÃES, A.S. (1999). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Educação Infantil. In.: **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

**Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa** – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.